

RESENHA

CAL, DANILA GENTIL; BRITO, ROSALY DE SEIXAS (ORGS). COMUNICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO: DAS REITERAÇÕES COLONIAIS À INVENÇÃO DE OUTROS POSSÍVEIS. CURITIBA: CRV, 2020, 272 P.

Luísa Maria Silva Dantas

Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará

E-mail: luisadantas1@gmail.com

Maria do Socorro Peloso da Silva

Mestra em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: badapeloso@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 16, 2023, e01609, p. 1-6

ISSN 2447-9837



“Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico” congrega debates e práticas contemporâneas relativas ao trabalho doméstico remunerado no Brasil a partir de estudos com abordagem antropológica e da comunicação, além das perspectivas de trabalhadoras domésticas. A obra é organizada por duas professoras da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que lideram o Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA). Elas também são autoras de capítulos que compõem o livro, organizado em duas partes: a primeira, intitulada “Sob o véu das opressões interseccionais”, que conta com 6 capítulos e a segunda, “Trabalhadoras Domésticas em Cena”, com 8 capítulos.

Para além do grupo acadêmico – composto por professoras de antropologia da UFPA (Maria Angelica Motta-Maués, Mônica Conrado e Luísa Dantas), professoras de comunicação da UFPA e da UNAMA (Rosaly Brito, Danila Cal, Leandro Lage, Rosane Steinbrenner e Rosângela Darwich), discentes e pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação e dos Grupos de Pesquisa do Instituto de Letras e Comunicação (ILC/UFPA) (Nathália Fonseca, Lorena Esteves, Camila Leal, Maria Luiza Lopes, Thais Rezende, Luana Laboissiere, Raphael Carvalho e Elias Serejo), uma professora e uma estudante de comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Kelly Prudencio e Louize Nascimento, respectivamente) –, somos agraciados com três capítulos de autoria de quatro trabalhadoras domésticas: Lucileide Reis, presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica (FETRADORAM) e ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Pará (Sintdac-PA), Delha Santos, Elzalina Pamplona e Maria Luiza Soares, participantes do sindicato.

Os capítulos das trabalhadoras abrem as duas sessões do livro e fecham a parte II da obra, sendo organizados por Nathália Fonseca, Danila Cal e Rosaly Brito, respectivamente. Em “*Lutas bem lutadas*”: desigualdades sociais, família e início no trabalho doméstico, as trabalhadoras, que têm de 38 a 59 anos, relatam suas trajetórias marcadas por migrações de cidades e estados vizinhos para a capital do Pará, Belém, em busca de melhores condições de vida por meio do emprego doméstico, iniciado em média aos 12 anos de idade. Em “*Ainda tem muita luta pela frente*”: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia, as interlocutoras foram instigadas a avaliar o processo e posterior aprovação da “PEC das domésticas” (Proposta de Emenda Constitucional - PEC 66/2012, Emenda Constitucional - EC 72/2013, Lei Complementar - LC 150/2015) e a pandemia da Covid-19, disseminada pelo globo desde o início de 2020.

Elas pontuaram que a Lei representou uma conquista, mas não foi capaz de assegurar um trabalho digno para todas, sobretudo quando o Governo Federal, liderado por Jair Bolsonaro, atacou de maneira arbitrária os direitos trabalhistas. Especialmente



durante a pandemia, as desigualdades estruturais do país se tornaram mais visíveis. Enquanto o direito de ficar em casa foi (e se manteve) restrito às elites, os demais ficaram à mercê da contaminação, como afirma Lucileide Reis ao destacar que a primeira morte registrada no Rio de Janeiro foi de uma trabalhadora doméstica, Cleonice Gonçalves.

O capítulo que finaliza o livro é “*Lutamos tantas outras guerras [...] essa é mais uma guerra que a gente precisa vencer*”: afetações da crise e horizontes possíveis do trabalho doméstico, no qual as trabalhadoras continuam a refletir sobre o estatuto do trabalho doméstico remunerado na conjuntura de crise pandêmica. Organizado em quatro tópicos, as mulheres debatem sobre as dificuldades, as lutas, o futuro do serviço doméstico remunerado e o cenário político.

A parte I segue revisitando ao artigo *Uma vez “cria” sempre “cria”: adoção, gênero e geração na Amazônia* [2007] de Maria Angelica Motta-Maués que, agradecida pelo convite das organizadoras, argumenta que dará uma “notícia” complementar sobre os destinos de suas personagens, além de fazer um reparo a uma “divisão de gênero engessada entre homens e mulheres [...] deixando de levar em conta [...] a existência de identidades homossexuais”. A autora se concentra em uma personagem historicamente presente na vida social da Amazônia (mas não somente), a “cria de família”, categoria utilizada por terceiros para indicar principalmente meninas advindas de pequenas cidades que vão morar na casa de pessoas da capital para ajudar, mas que acabam assumindo as atividades domésticas e de cuidados das pessoas que as recebem, muitas vezes por toda a vida, sendo assim inseridas em configurações ambíguas e ambivalentes nas quais relações de trabalho e afeto estão fortemente imbricadas.

Posteriormente, temos o capítulo *Juventudes à margem: trabalho doméstico, corpos racializados e violências imemoriais*, escrito por Rosaly Brito, que traz uma reflexão acerca da relação entre o trabalho doméstico remunerado e os estudos sobre juventude a partir da narrativa biográfica da personagem Fátima, que teve sua infância atravessada pelo trabalho doméstico. A autora estabelece alguns questionamentos que atuam como norte para o desenvolvimento do texto: de qual juventude ou de que experiência juvenil estamos falando quando nos referimos às pessoas que exercem o trabalho doméstico remunerado? Em que medida é possível falar de uma experiência geracional compartilhada entre pessoas atravessadas por hierarquias sociais estabelecidas de maneira tão enraizada e com contraste tão abissais? Como se constituíram, historicamente, as experiências juvenis dos pobres no Brasil e na Amazônia? É possível estabelecer alguma relação entre a vida dessas pessoas e as imagens de jovens/juventudes propagadas nos aparatos globais de mídia? A partir destas indagações Rosaly nos concede um novo olhar, que contraria o que foi designado a sujeitas e sujeitos como Fátima, mostrando a subversão e a resistência que marcam suas trajetórias.



Se o artigo de Maria Angelica se concentra em trajetórias de “crias” afetadas possivelmente pela diferença de gênero, o trabalho de Rosaly nos chama atenção para a heterogeneidade de juventudes, também impactadas pelo gênero e classe social. Estes aspectos são complementados pelo artigo de Mônica Conrado, “*Eu carrego comigo sete mulheres: elas viveram e vivem limpando a casa dos outros*”: sobre o trabalho doméstico e suas imbricações, que chama atenção para o racismo estrutural, igualmente atuante na constituição do perfil das trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras e/ou racializadas. A autora propõe o feminismo negro enquanto chave de leitura e possibilidade de revolucionar práticas e interpretações.

Em *O trabalho doméstico remunerado como duração e intersecção: casos de domésticas em luta*, Luísa Dantas nos oferece a perspectiva de trabalhadoras organizadas que, à despeito de várias dificuldades, atuam nos sindicatos de suas cidades, contribuindo para o sancionamento da “Lei das Domésticas” (Lei Complementar 150/2015) e atuando cotidianamente no acolhimento e na busca por direitos da categoria.

A primeira parte é finalizada com o artigo de Nathália Fonseca, Danila Cal e Rosângela Darwich, *Interfaces entre comunicação e feminismos do sul global: construindo direcionamentos analíticos*, que visa propor análises metodológicas e epistemológicas para superar os antagonismos que foram construídos pelo “Norte Global”, mais especificamente pelo feminismo hegemônico, com a invenção de sujeitas subalternas, do Terceiro Mundo. Para compreender as relações intersubjetivas que foram criadas em torno às sujeitas subalternas as autoras se valem dos estudos decoloniais, produzidos por teóricas do “Sul Global”, bem como a virada comunicacional, que emerge do paradigma relacional ou praxiológico, com base na perspectiva do relacionismo simbólico, onde a linguagem é por elas retratada e a comunicação implica um trabalho de agência. A partir desta perspectiva a atividade teórica é também política, pois compreende o lugar das sujeitas e suas vozes e os processos intragênero das relações sociais de forma mais ampla e complexa.

Além dos dois capítulos organizados a partir das vozes de trabalhadoras, a parte II do livro é composta por análises comunicacionais, como o trabalho de Leandro Lage, *O levante de Benedita da Silva: subjetivação, dissenso e encenações políticas*, em que o autor enfatiza a importância da “tomada da palavra” como ato político e fundamental para constituição das subjetividades do ser humano em sociedade. Lage analisa de que maneira o episódio da senadora Benedita da Silva (PT) discursando na Câmara dos Deputados vestida com o uniforme de doméstica repercutiu na ordem sensível, dando visibilidade para causas ou categorias invisibilizadas e exercendo diversas pressões de ordem institucional e midiática.

Em *Telenovelas, interseccionalidade e relações de poder: representações midiá-*



ticas das trabalhadoras domésticas, Lorena Esteves, Camila Leal, Danila Cal e Rosaly Brito buscam compreender a relação entre a representação midiática e social, a partir da análise de personagens domésticas nas telenovelas brasileiras exibidas na rede Globo. As autoras usam como campo três novelas que foram exibidas entre os anos de 2012 e 2019 – todas integraram a faixa nobre da televisão brasileira, conhecido como o horário das 21h –, sendo portanto novelas que passaram durante o período da PEC das Domésticas (2012), a Lei Complementar de 2015 e o pós desse processo.

“*Família cordial*”: *marcas visuais da desigualdade na cobertura noticiosa da “PEC das domésticas”*, de Louize Nascimento e Kelly Prudencio, trata as repercussões sociais e midiáticas da PEC, com seus diferentes posicionamentos, negociações e ambivalências em torno deste assunto na mídia brasileira. As autoras se debruçam sobre as notícias veiculadas em jornais de grande circulação tendo como chave interpretativa o conceito de cordialidade – “o homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1936) – em relação à configuração e efetivação da Lei. Assim, mostram que as notícias analisadas sobre a “PEC das domésticas” perpetuam e reforçam posições sociais já naturalizadas socialmente sobre quem ocupa ou não posições de poder.

Em continuidade aos estudos do trabalho doméstico remunerado contemporâneo sob a ótica da comunicação, Danila Cal, Maria Luiza Lopes e Thais Rezende escrevem o capítulo *De anjos a trabalhadoras, de patrões gentis a falidos: enquadramento sobre a “PEC das domésticas” no jornalismo* em que argumentam sobre a relevância da comunicação pública para estimular, orientar opiniões e pressionar a efetividade de novas demandas políticas.

Em *Ativismo digital, humor e o questionamento de hierarquias sociais na fanpage “Vagas arrombadas”*, Nathália Fonseca, Luana Laboissiere, Danila Cal e Raphael Carvalho analisam postagens feitas pela fanpage “Vagas arrombadas”, a qual compartilha desde 2016 anúncios abusivos de empregos de modo cômico. O capítulo se propõe a compreender se postagens feitas pela página podem ser classificadas enquanto ativismo político digital, ajudando a denunciar hierarquias sociais. Para tanto, o enfoque é dado sobre as legendas utilizadas pelos administradores da página. De modo estratégico, as postagens selecionadas foram referentes ao trabalho doméstico e o período escolhido foi o de setembro de 2017 a abril de 2018. Dialogando com teorias que tensionam a divisão sexual e racial do trabalho doméstico, o artigo constrói a percepção de que a desvalorização do trabalho doméstico é uma questão política.

O capítulo “*Miguel, filho do Brasil: interseções entre colonialidade, desigualdades e trabalho doméstico no contexto da pandemia*”, escrito a cinco pares de mãos pelas organizadoras do livro e os integrantes do grupo de pesquisa Rosane Steinbrenner, Lorena Esteves e Elias Serejo, nos propõe um olhar sobre as vivências



das trabalhadoras e do perfil do trabalho doméstico no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, partindo do acontecimento trágico da morte de Miguel, filho de uma trabalhadora doméstica, enquanto potencial heurístico para confirmar as desigualdades interseccionais que estruturam o nosso país e atingem fortemente corpos de mulheres negras e racializadas. Em diálogo com teorias pós e decoloniais, as autoras compõem suas análises com o protagonismo de vozes subalternas, chamando atenção para a atuação da sociedade organizada que, por meio do “sistema de resposta social”, impactou os termos em que o acontecimento foi tratado pela mídia – indo de “descuido grave”, passando por “ato criminoso” e culminando em “tragédia irremediável”. Assim, as autoras projetam na justiça pela morte de Miguel a busca por um país mais justo e igualitário.

Obra necessária, de grande valor acadêmico e político, “Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis” nos oferece um panorama do trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na “casa dos outros” a partir de etnografias realizadas no norte do Brasil em diálogo com análises comunicacionais produzidas nas mídias nacionais. Se trata de um livro fundamental para estudantes e pesquisadores que buscam compreender os efeitos dos processos históricos e as lógicas contemporâneas que incidem no que podemos denominar de “cultura brasileira”.

